

Vicissitudes do debate etiológico sobre o autismo: leituras a partir da psicanálise lacaniana*

Vicissitudes of the etiological debate on autism: readings from the Lacanian psychoanalysis

Vicissitudes del debate etiológico sobre el autismo: lecturas a partir del psicoanálisis lacaniano

*Eduardo Vallejos***

*Rosa Maria Tosta****

Resumo

Este artigo teve como objetivo estabelecer uma discussão sobre diferentes modos de compreender a etiologia do autismo dentro do campo da psicanálise lacaniana, um deles que circunscreve o autismo enquanto psicose e o outro que o compreende como uma nova estrutura nosográfica. Para tanto, foi preciso retornar às elaborações de Jacques Lacan sobre a constituição do sujeito para que fosse possível refletir sobre os percursos teóricos dos autores identificando convergências, como a perseguição que o sujeito autista vive em relação aos signos da presença do Outro, e de que ordem são as divergências sobre a etiologia do autismo, se puramente políticas ou se possuem relevância clínica e epistêmica. A partir de proposições lacanianas como o estádio do espelho e os processos de alienação e separação, foi possível desenvolver a questão da entrada – forçada – do sujeito na linguagem e identificar a dimensão real do gozo que pode contribuir com a discussão clínica sobre a complexidade da aquisição da linguagem no sujeito autista.

Palavras chave: *Autismo; Psicose; Etiologia; Lacan.*

* Prêmio Ana Maria Poppovic, melhor Trabalho de Conclusão de Curso de 2017, Fundação Aniela e Tadeusz Ginsberg.

** Psicólogo formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em formação teórico-clínica no Centro Lacaniano de Investigação da Ansiedade (CLIN-a). E-mail: eduardovallejosdarocha@gmail.com

*** Professora da faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: rosamariarmt@terra.com.br

Abstract

This article aimed to establish a discussion about different ways of understanding the etiology of autism within the field of Lacanian psychoanalysis, one of which circumscribes autism to the realm of psychosis and the other that understands it as a new nosographic structure. In order to do so, it was necessary to return to Jacques Lacan's elaborations on the constitution of the subject so that it would be possible to reflect on the theoretical paths of the authors, identifying convergences, such as the persecution that the autistic subject experiences in relation to the signs of the presence of the Other, and of what order are the divergences about the etiology of autism, whether purely political or if they have clinical and epistemological relevance. From Lacanian propositions such as the mirror stage and the processes of alienation and separation, it was possible to develop the issue of the forced entry of the subject into language and to identify the real dimension of jouissance that may contribute to the clinical discussion on the complexity of the language acquisition in the autistic subject.

Keywords: Autism; Psychosis; Etiology; Lacan.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo establecer una discusión sobre diferentes modos de comprender la etiología del autismo dentro del campo del psicoanálisis lacaniano, uno de ellos circunscribe el autismo como psicosis, y el otro lo comprende como una nueva estructura nosográfica. Por lo tanto, fue necesario retomar a las elaboraciones de Jacques Lacan sobre la constitución del sujeto para que fuera posible reflexionar sobre los recorridos teóricos de los autores, identificando convergencias, como la persecución que el sujeto autista vive en relación a los signos de la presencia del Otro, y de que orden son las divergencias sobre la etiología del autismo, si son simplemente políticas o si tienen relevancia clínica y epistémica. A partir de proposiciones lacanianas como el estadio del espejo y los procesos de alienación y separación, fue posible desarrollar la cuestión de la entrada –forzada– del sujeto en el lenguaje y identificar la dimensión de lo real del goce, que puede contribuir con la discusión clínica acerca de la complejidad de la adquisición del lenguaje en el sujeto autista.

Palabras clave: Autismo; Psicosis; Etiología; Lacan.

Esta pesquisa estabelece uma discussão sobre convergências e divergências entre o autismo e a psicose, a partir de posições teóricas encontradas na literatura. Uma delas circunscribe o autismo enquanto uma psicose (Soler, 2007; Drapier, 2012 & Furtado, 2013) e a outra o compreende como uma nova estrutura nosográfica (Jerusalinsky, 1993, Kupfer, 1999 e 2000

& Kupfer, Faria e Keiko, 2007). A comparação das posições de tais psicanalistas de orientação lacaniana poderá contribuir para um debate clínico sobre a relevância do diagnóstico diferencial e que, do ponto de vista da psicanálise, só existe na articulação com sua epistemologia.

Por se tratar de um tema ainda bastante opaco (Goldgrug, 2008) e pelo fato de que a clínica psicanalítica, por princípio, sustenta a pesquisa científica (Dunker, 2010), este trabalho teórico sobre a etiologia do autismo se caracteriza como um primeiro passo para uma pesquisa mais ampla e rigorosa sobre a clínica do autismo e das psicoses.

DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: ALIENAÇÃO E SEPARAÇÃO

Para caminhar em direção a esclarecimentos sobre as convergências e divergências teóricas acerca do autismo e da psicose, é importante retomar conceitos fundamentais da obra lacaniana a respeito da aquisição da linguagem e da emergência do sujeito do inconsciente, a saber, os processos de alienação e separação.

Alienar-se ao grande Outro é abrir mão de ser uno, completo, para que um vazio possa ser aberto entre o pequeno *infans* e a figura cuidadora primordial, “ela engendra (...) um lugar no qual está claro que não há, por enquanto, nenhum sujeito. (...) O primeiro vislumbre do sujeito é justamente essa falta” (Fink, 1998, p.74). A partir do reconhecimento deste hiato, é possível que o sujeito emerja, ao instaurar um lugar onde o bebê deixa de ser, para existir no lugar dos significantes que o sujeitam ao desejo do Outro. Bruce Fink, baseado em Lacan, deixa claro seu posicionamento em relação a esta escolha forçada de alienar-se no desejo do Outro:

Quando Lacan diz (no seminário 11) que o ser do sujeito está eclipsado pela linguagem, que o sujeito aqui desliza para baixo ou para trás do significante, é em parte devido ao fato de que o sujeito está completamente submerso na linguagem, sendo seu único traço um marcador de lugar ou um sinal na ordem simbólica (Fink, 1998, p. 74).

Evidencia-se, portanto, que não há, para Lacan, sujeito fora da linguagem. Como veremos adiante, o autismo e a psicose interrogam os

psicanalistas sobre suas posições diante da linguagem, ou seja, diante do Outro, e, também, diante da castração e de sua inscrição no campo simbólico.

Sobre o caráter ontológico da linguagem, ou seja, aquilo que constitui todo ser humano, se assim podemos dizer, Bernardino (2006) aponta: “antes de falar por si próprio, o bebê é falado (...). Quando começa a falar, é como outro que ele se refere primeiramente a si mesmo; diz, por exemplo: ‘ele quer...’, ‘o nenê vai...’”. É disto que trata o processo de alienação, uma alienação no discurso do grande Outro. Para que seja possível ao *infans* adentrar ao laço social, ou seja, ao mundo de representações, é preciso que se aliene ao menos a um significante mestre, operado pelo Outro.

Na medida em que o bebê pode reconhecer que o Outro, muitas vezes encarnado pela mãe, se ausenta de seus cuidados, há o estabelecimento de uma percepção de que o Outro também é marcado por uma incompletude, pela falta, ou seja, pelo desejo. O desejo pode ser considerado, assim, como um vazio que possibilita que os sujeitos possam instituir e destituir objetos de amor para lidar com o vazio existencial, sempre a partir das possibilidades de simbolização do objeto perdido pelo sujeito.

Em outras palavras, trata-se de um movimento prévio à emergência do sujeito da castração, em que o bebê se coloca “naquele lugar onde o Outro estava faltando” (Fink, 1998, p.76), em que tanto mãe quanto bebê sobrepõem a falta de um no outro na ilusão de que existe com o outro um estado de plena satisfação. É somente a partir desta sobreposição de faltas que a mãe terá a possibilidade de perceber que o bebê não pode tamponar toda sua falta, aceitando uma separação com este objeto.

É na passagem pelo estágio do espelho que o bebê poderá referir-se como “eu” e supor uma imagem unificada de seu corpo. Com base na obra de Lacan, Faria (2003) observa uma passagem deste importante processo para a subjetivação:

O estágio do espelho é o encontro do sujeito com aquilo que é propriamente uma realidade e, ao mesmo tempo, não o é, ou seja, com uma imagem virtual, que desempenha um papel decisivo numa cristalização do sujeito (...). Grosso modo é disso mesmo que se trata. A criança conquista aí o ponto de apoio

dessa coisa no limite da realidade, que se apresenta para ela de maneira perceptiva, mas que, por outro lado, podemos chamar de uma imagem (...) (Lacan, 1957-58/1999 *apud* Faria, 2003, p. 48 e 49).

Franklin Goldgrub (2010), em seu livro *Édipo 3x4*, nos ajuda a compreender os processos lógicos do estágio do espelho. No primeiro momento, o *infans* é o espelho do grande Outro, ou seja, ele se comporta “como se fosse a imagem que reflete o desejo do Outro”. Este é o momento do “transitivismo normal”. Quando o *infans* já não é o espelho do Outro, mas ainda não se identificou com uma imagem, trata-se do momento da “diferenciação”. Por fim, quando o *infans* deixa de ser o espelho e passa a se identificar com o que está nele, quando se identifica com os significantes que lhe são atribuídos, falamos de um momento em que o “*infans* é a imagem”. Ser a imagem é, assim, responder ao desejo do Outro, às suas “expectativas inconscientes”.

Em outras palavras, a criança adquire o “eu” quando reconhece que sua imagem corporal não está no corpo do Outro, está apenas referenciado a este Outro que pode “narcisar”, investir libidinalmente o corpo desse bebê, bordejando-o a partir de suas construções imaginárias e expectativas inconscientes sobre aquele ser.

A segunda operação de causação do sujeito é a separação. Segundo Fink (1998), este processo “envolve o confronto do sujeito alienado com o Outro, dessa vez não com a linguagem, mas com o desejo” (p. 72). É neste sentido que se diz que o sujeito não tem escolha em relação à entrada na linguagem – que Lacan referia por escolha forçada à alienação – mas pode escolher pela não separação ao desejo do Outro. Assim, segundo Fink:

Se, então, a alienação consiste na causação do sujeito pelo desejo do Outro que precedeu seu nascimento, por algum desejo que não partiu do sujeito, a separação consiste na tentativa por parte do sujeito alienado de lidar com esse desejo do Outro na maneira como ele se manifesta no mundo do sujeito. (Fink, 1998, p. 73).

É importante explicitar que na obra de Lacan encontram-se duas concepções acerca da teoria de causação do sujeito. Alguns compreendem

que há uma progressão quanto a esse aspecto, outros que o desenvolvimento teórico de Lacan deve ser lido retroativamente. No primeiro momento do ensino de Lacan sobre o tema da constituição, Dor sintetiza:

Dizer que o sujeito está dividido é desde já colocar, segundo Lacan, que só há sujeito em ser falante. Da mesma forma, é reconhecer que a causa do sujeito se sustenta na promoção do inconsciente. Em outras palavras, é aceitar que a ordem significante que causa o sujeito, estruturando-o num processo de divisão que faz advir o inconsciente (Dor, 1998, p. 103).

Nesta passagem, o autor aponta para a causação do sujeito num plano significante, portanto simbólico, no qual o sujeito, conforme ele é falado pelo Outro, se torna um sujeito. Entretanto, no segundo período do ensino de Lacan, como nos explica Dunker (2016):

O sujeito é pensado como um conjunto vazio, mas ao mesmo tempo capaz de subjetivar sua causa. Estranhamente, causa e efeito, no ensino lacaniano desse período [a partir de 1964] não são conceitos recíprocos: o sujeito é um efeito do significante; entretanto a causa não é o próprio significante, mas o objeto *a* [objeto causa do desejo] (Dunker, 2016, p. 110).

É a partir destas diferentes concepções que é possível discutir como o sujeito do inconsciente emerge. Seria o sujeito da linguagem sinônimo de sujeito do inconsciente? Se assumirmos que a alienação é uma escolha forçada a todo sujeito, é possível que questionemos o modo como ela opera nos sujeitos autistas? Haveria aí uma distinção a ser explicitada em relação à falta instaurada pela entrada na linguagem e a falta operada pela castração (que culminaria na separação ao Outro), levando em consideração a extração do objeto como causa do sujeito barrado? Para pensarmos nos entraves da constituição psíquica no que tange à diferenciação entre autismo e psicose, tais questões nortearão o trabalho.

AUTISMO: UMA PSICOSE?

Neste item, e no consecutivo, serão levantados artigos e livros de autores que se posicionam de diferentes maneiras em relação ao autismo e a psicose. Entre analistas de orientação lacaniana há os que compreendem

que o autismo se trata de uma quarta estrutura nosográfica (Jerusalinsky, 1993, Kupfer, 1999 e 2000 & Kupfer, Faria e Keiko, 2007) e os que argumentam que se trata de um quadro psicótico (Soler, 2007; Drapier, 2012 & Furtado, 2013).

Jean Pierre Drapier (2012), em seu artigo “Autismo: estrutura ou superestrutura”, concorda com autoras como Margaret Mahler e Colette Soler sobre não existir um autismo puro, o que há são estados autistas que representam um polo da psicose. Afirma, contudo, que esta leitura “não impede que se considere um mecanismo geral do autismo” (p. 80). O autor deixa claro em seu texto que se deve considerar a síndrome autística como uma superestrutura na medida mesma em que ela pode atravessar as estruturas. Em suas palavras:

[...] se o autismo não existe, quer dizer, não constitui uma entidade nosográfica à parte - nem no interior das psicoses nem como uma quarta estrutura -, existe, mesmo assim, uma consistência certa ao se falar dos autistas e dos sintomas autistas (...). Na minha opinião, é necessário que se conceba a síndrome autística como uma superestrutura, uma construção transestrutural, elevando-se sobre a estrutura toda vez que exista um impedimento (neurose) ou uma impossibilidade (psicose) de entrar na alienação (Drapier, 2012, p. 80 e 81).

O autor conclui que se há diferentes modos de saída para os estados autísticos, “quer se fale de saída pela paranoia (os Lefort), pela esquizofrenia (...), quer seja pelo autismo (Maleval) (...) então se sai dele, nem mais, nem menos por onde se entrou” (Drapier, p. 81). Segundo Drapier (2012), tais sujeitos acometidos pela síndrome autística, sentem-se perseguidos “pelos signos da presença do Outro: a voz, o toque, o desejo e a vontade, as injunções superegógicas, a mudança do enquadre” (p. 81). Além disso, tentam “anular o Outro (mutismo, neolinguagem, recusa do olhar e do toque) e o pequeno outro em sua presença e seus desejos (a ignorância soberba do autista)” (p. 81). Por fim, o autor afirma que, fundamentalmente, “na base, [há] a impossibilidade ou o impedimento de entrar na alienação significante e na separação” (p. 81).

Sobre este último ponto, o autor esclarece que “o permanecer na primeira operação [de alienação S1/S] define o psicótico que está fora do

discurso, mas não está fora da linguagem. Para o autista temos a infra alienação, na borda da alienação significativa, impedido de entrar aí” (Drapier, 2012, p. 86).

Ou seja, apesar do sujeito autista também estar alienado ao Outro, há uma relação deste sujeito com a alienação que difere do sujeito psicótico. Soler (2007) ajuda a compreender esta ideia de infra alienação, apesar de não usar este termo. A autora compara a posição do paranoico e do autista em relação à demanda do Outro e conclui que o paranoico

Apesar da forclusão, a simbolização primordial da presença e ausência faz surgir o primeiro significativo, aquele que Lacan grafa como DM (desejo materno), na metáfora paterna, e que inscreve um Outro já barrado por um desejo ou um gozo enigmático, ou até persecutório. Quanto ao pequeno autista, ele não deu nem mesmo esse passo e, nesse sentido, o Outro, para ele continua sendo puramente real (...). Por aí percebemos que estes sujeitos não entram por conta própria na alienação significativa. São capturados nela apenas no nível da fala e dos significantes do Outro. (Soler, 2007, p. 71).

Neste trecho Soler (2007) aponta que, diferente dos paranoicos, os autistas não tomam o significado que o Outro lhe atribui para si, eles se tornam sujeitos, “mas não enunciadores” (p. 72), justamente porque “permanecem como puros significados do Outro” (p. 71).

Sobre esta relação do sujeito autista com o Outro vale marcar que, para Soler, há uma diferença entre anular o Outro e recusar a intimação do Outro. A autora diz, a partir de um relato de caso, que o sujeito autista, após o analista se ausentar radicalmente, pela primeira vez, foi buscá-lo com seu olhar.

Para referir-se ao fato de que os autistas “não entram por conta própria na alienação significativa” (Soler, 2007, p. 71), Drapier (2012) usa o termo “à borda da alienação”, apontando que tal dificuldade “talvez não seja incontornável em todos os casos, como mostra a evolução de alguns em direção a carreiras literárias, científicas... Enquanto, para outros, a evolução se faz em direção à nadificação” (Drapier, 2012, p. 87).

Para Lacan, o processo de alienação ao Outro se explica a partir do conceito de *Vorstellungsrepräsentanz*, que significa “representante da representação”, ou seja, um significativo que representa o sujeito para outro

significante. Ora, se antes mesmo de um bebê nascer há toda uma narrativa construída sobre ele, este primeiro significante só pode vir do Outro. Nas palavras do autor:

O sujeito aparece primeiro no Outro, no que o primeiro significante, o significante unário, surge no campo do Outro, e no que ele representa o sujeito, para um outro significante, o qual outro significante tem por efeito a afânise [o desaparecimento] do sujeito. (Lacan, 1964/2008, p. 213).

Contudo, como nos aponta Soler e Drapier, há uma espécie de entrave na entrada do processo de alienação dos sujeitos autistas, ou seja, na posição diante da presença do Outro. Sua voz e seu olhar encontram dificuldades para se transformarem em demanda para o sujeito, ou seja, na passagem de signo ao estatuto de significante. Neste sentido é interessante refletirmos sobre o seguinte trecho de Lacan (1960), retirado do texto “*Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*”, dos *Escritos*, não só como base, mas como possibilidade para interpretações além das possibilitadas por ele:

É a metáfora, como aquilo em que se constitui a atribuição primária, aquela que promulga “o cachorro faz miau e o gato faz au au” com que a criança, de um só golpe, desvinculando a coisa de seu grito, eleva o signo à função do significante e eleva a realidade à sofistica da significação (Lacan, 1960/1998, p. 820).

Sobre este processo que seria “de um só golpe”, Lacan (1964/2008), no seminário XI – “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” –, o desenvolve a partir dos conceitos de *alienação e separação*. Como foi dito, estes processos se referem à causação do sujeito do inconsciente e, para o autor, se trata de operações articuladas. Lacan dirá que “a via de retorno ao véu da alienação” é a própria operação que chamou de separação (p. 231). Entretanto, ao mesmo tempo, o sujeito é para Lacan aquele que surge, como já apontado acima, no campo do Outro para que este possa ser substituído por um outro significante, que o representa. Neste sentido:

Há então, se assim podemos dizer, questão de vida e de morte entre o significante unário e o sujeito enquanto significante binário, causa de seu desaparecimento. *O vorstellungsrepräsentanz* [representante da representação] é o significante binário. (Lacan, 1964/2008. p. 213).

Ou seja, há um significante vindo do Outro, unário (ou mestre), e um significante que vem substituir o significante do desejo materno, binário (ou aquele que representa a falta de significante) e, nesta medida, Soler e Drapier especificam o estatuto do grande Outro no autismo e sua posição frente à alienação, e não à separação.

Para Furtado (2013), o autismo é uma psicose na medida em que a dificuldade de instauração do campo do Outro para o sujeito, do circuito pulsional, está na falta de mediação do desejo do Outro com a lei simbólica. Assim, a saída autística e psicótica repousam nesta ausência de escansão significante na qual fixa a criança como objeto da fantasia do Outro primordial. O autor diz que, para Lacan, esta ausência de mediação paterna permite falar tanto da psicose quanto do autismo. Em suas palavras:

A criança, não sendo separada do desejo materno pela função paterna, permanece como objeto de sua fantasia tendo dificuldades, portanto, em advir como sujeito da castração. (...). Assim sendo, é destituída de palavra por parte deste grande Outro totalizador. A mãe fala por esta criança, age por ela e responde a todas as demandas que lhe são dirigidas, confundindo, algumas vezes, a função estruturante e simbólica com o puro cuidado das necessidades infantis. (Furtado, 2013, p. 123).

Seguindo uma clínica na qual o diagnóstico é estrutural, Furtado (2013), ao citar Soler (2009), frisa que apesar de não delirarem, os autistas possuem questões com a linguagem e, portanto, o que poderia caracterizar estes sujeitos seria uma questão de ordem pulsional, como os psicóticos. Assim:

(...) os problemas de ordem pulsional significam problemas na relação com o Outro que determina a ordem das pulsões, a passagem da pulsão oral para a pulsão anal por uma virada na demanda e a colocação em marcha das pulsões escópica e invocante pela emergência de seu desejo. (Soler, 2009, *apud* Furtado, 2013, p. 127).

Para estes autores, no que diz respeito a constituição do sujeito psicótico e autista há, portanto, fatores de ordem pulsional, ou melhor, do modo como este circuito se estabelece, do processo de alienação à linguagem e, também, no caso de Furtado (2013) da ordem da forclusão do significante do Nome do Pai.

Para Calligaris (2013), a estrutura psicótica se caracteriza a partir da não articulação entre a demanda do Outro e uma metáfora, a paterna. Diferente do neurótico, que aposta que “ao menos um” sabe lidar com a demanda do Outro. O sujeito psicótico, sem uma barra que produza um enigma sobre o desejo do Outro, não supõe que exista um sujeito que saiba sobre o desejo do Outro, é ele mesmo que tem um saber – total – sobre o Outro.

Assim, é possível dizer que tanto na psicose quanto no autismo não houve esta operação de simbolização do desejo do Outro, impossibilitando a ele a significação fálica. Neste sentido, Rocha (2002) aponta que, apesar das divergências marcantes entre teóricos acerca da etiologia e do diagnóstico diferencial entre autismo e psicose, há dois pontos de convergência entre ambos:

[Primeiro], não há nada a aproximá-las de um sujeito do desejo, do inconsciente, ou seja, sujeito dividido ante a falta do Outro. Isto já estava posto na própria teoria lacaniana sobre a psicose. Assim, parece-nos ser possível encontrar uma condição geral (obviamente, bem ampla) de que as crianças no autismo ou na psicose, representam a impossibilidade de fazer uso da medida fálica, pela não inscrição do significante Nome-do-Pai. [Segundo], que o autismo se localiza em um certo tempo prévio ao da psicose. (Rocha, 2002).

No próximo item desenvolveremos posições de outros psicanalistas que, apesar de concordarem com alguns aspectos até aqui abordados sobre a questão etiológica do autismo, defendem a importância em diferenciar a estrutura psicótica de uma possível estrutura autística.

AUTISMO: UMA ESTRUTURA?

Esta seção apresenta algumas ideias de autores que localizam diferenças fundamentais de estrutura entre sujeitos psicóticos e autistas.

Jerusalinsky (1993), Laznik (2004), Kupfer (1999 e 2000) e Kupfer, Faria e Keiko (2007) sustentam tais diferenças para pensar na importância do diagnóstico diferencial entre tais quadros.

Jerusalinsky (1993), em entrevista a Associação Psicanalítica de Porto Alegre, marca sua posição acerca das diferenças entre o autista e o psicótico. Para justificar que os entraves na psicose são de ordem normativa e os do autismo de ordem desejante, o autor desenvolve, de um lado, a incidência do processo de forclusão do Nome do Pai e, de outro, o que ele chamou de uma operação de “repetição da exclusão” do próprio sujeito no campo significativo. Nas palavras do autor:

A diferença entre forclusão e exclusão consiste em que, no caso da forclusão, se produz uma inscrição do sujeito numa posição tal que esta inscrição não pode ter consequências na função significante. No caso da exclusão, não há inscrição do sujeito; no lugar onde a inscrição deveria se encontrar, se encontra o Real, ou seja, a ausência de inscrição. Esta diferença radical de estrutura conduz a efeitos clínicos observáveis. (Jerusalinsky, 1993, p. 63).

Na concepção do autor, a diferença entre autismo e psicose se explica a partir do mecanismo mesmo da forclusão do Nome do Pai. Ou seja, se o sujeito psicótico foraclui é porque um significante foi rechaçado, negado pelo sujeito. O rechaço ao saber (S2) do psicótico ocorre devido a esta colagem imaginária ao Outro.

No caso do autismo, o que está em jogo não é a entrada na função ou significação fálica. Trata-se de um entrave em um momento prévio a separação promovida pelo falo simbólico, produto da metáfora paterna. Na psicose “Nome do Pai há, embora ele não possa exercer sua função” (Jerusalinsky, 1993, p. 65), já no autismo “é a ausência de uma inscrição que coloca a criança, a respeito da demanda do Outro, a receber essa demanda na posição de repetição da exclusão (...) [ou] como uma demanda de ausentificação” (p. 64).

A rejeição da presença do Outro e, também, dos objetos que este lhe apresenta revelam, para o autor, uma ausência de assujeitamento e, portanto, não há sujeito propriamente dito “porque não há deslocamento

discursivo, há uma posição em relação ao significante que é aquela que lhe diz respeito, ou seja, da exclusão” (Jerusalinsky, 1993, p. 64). Esta exclusão se refere, assim, à palavra que não se eleva ao estatuto de significante.

No artigo “Para uma clínica psicanalítica das psicoses”, Jerusalinsky (1997) desenvolve, para além da questão da repetição da exclusão significativa, a hipótese de que no autismo não se instala o que se chama de estrutura mínima do fantasma. Segundo sua leitura, o fantasma “se refere à relação impossível do sujeito com o objeto. Relação que é impossível pelo fator mesmo de o objeto mental, o objeto psíquico, não ser existente” (p. 147).

Este objeto, nomeado por Freud *das Ding* é tomado por Lacan para elaborar seu conceito de objeto *a*. Abriremos um breve parêntese para apontar algumas leituras sobre o que caracterizaria *das Ding*, a parte mais irredutível do objeto *a* ou, em outras palavras, a parte real dele. Faz-se necessário este hiato na medida em que este conceito pode ser um norteador para pensar a posição do sujeito autista na linguagem.

Clarissa Metzger (2017), em seu livro “A sublimação no ensino de Jacques Lacan” traz a definição de Fink e Braustein sobre *das Ding* para apontar sua condição faltosa originária, impossível de ser alcançada.

Fink (1998) relembra a escolha de Lacan pelo termo *das Ding*, a coisa, a partir do texto freudiano no qual esse termo é da ordem neuronal e se refere “[...] àquilo que é invariável nas diversas percepções que a criança tem do seio”. Trata-se [...] daquilo que remete à primeira perda, a separação prototípica do Outro primordial. (Fink, 1998, p. 121 *apud* Metzger, 2017, p. 59).

Na mesma linha de Fink, Metzger traz Braustein para justificar que *das Ding* é algo que constitui o sujeito antes mesmo de podermos falar em campo do significante.

É a partir de *das Ding*, ligada ao princípio de prazer que se ordena todo modo de percepção humana. Ela funcionaria como trama significante pura, ou seja, trama que sustenta o que é da ordem do significante, sem ser um significante. *Das Ding* seria a “[...] meta absoluta do desejo, o lugar ou

o estado em que se cumprirá a abolição da falta a ser, estado de Nirvana”. Ao mesmo tempo, está além do princípio do prazer, já que constitui a lei. (Braustein, 2007, p. 79 *apud* Metzger, 2017, p. 60).

A partir desta condição, de ser uma meta, ou uma lei que visa a abolição da falta, a autora aponta para uma importante diferença entre a falta que constitui *das Ding* e a falta que resulta da extração do objeto *a* com a passagem do complexo de Édipo. Do lado do objeto *a* falamos da falta operada pela castração, sustentada pela lei do incesto. Em relação a *das Ding*, fala-se de uma falta anterior, a da

[...] impossibilidade de reincorporação pelo Outro, impossibilidade que, de algum modo, estará em jogo na lei do incesto, como matriz, mas que difere desta. Assim, é possível diferenciar o proibido, ligado à castração e à lei do incesto e, de outro lado, o *impossível*, que é *das Ding* (Metzger, 2017, p. 60).

Havendo uma falta – ontológica – impossível de ser reincorporada pelo Outro, que incide em todo ser, faz-se necessário atualizar o debate acerca da emergência de sujeito no autismo levantando, por exemplo, a questão: o que é um sujeito para a psicanálise?

Kupfer (2000) diferencia em seu artigo “Notas sobre o diagnóstico diferencial da psicose e do autismo na infância” a posição do psicótico e do autista na linguagem:

Na psicose infantil, está em jogo uma palavra absoluta, uma palavra que oferece à criança um sentido único, que rouba da linguagem a sua flexibilidade, sua ambiguidade, suas múltiplas possibilidades. A criança é o falo de sua mãe, e nada mais. Seu Outro, para usar a linguagem lacaniana, é absoluto (Kupfer, 2000, p. 99).

Diferente da psicose, no autismo a questão está ancorada no estabelecimento do vínculo com o Outro, ou com o campo desejante ou ainda com a alienação do sujeito à imagem e aos significantes do Outro. Segundo a autora:

a razão última para o autismo continua sendo a falha da função materna. A partir do colapso da função materna, muitos poderão ser os efeitos. Poderá ocorrer uma inoperância radical da função e do desejo maternos, o que

resultará em uma ausência de imagem do corpo, já que o principal dessa função é a construção do mapa libidinal do corpo. Nesses casos, estaremos diante do autismo infantil precoce (Kupfer, 2000, p. 91).

Neste sentido, para Kupfer (1999), no artigo “Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos”, se a psicose e o autismo irrompem em instâncias distintas de inscrição, de um lado na colagem ao Outro e no outro na falta de inscrição primordial, é possível dizer que neste último quadro, “o autista está fora do campo da linguagem, enquanto o psicótico está na linguagem, mas fora do discurso” (p. 105).

No mesmo texto, a autora aponta que a importância do diagnóstico diferencial entre autismo e psicose se justifica em relação à escuta e intervenção com os pais de tais crianças e pelo fato de que se verifica, em alguns casos, mudanças de estrutura, de autismo para psicose. Em suas palavras: “uma outra vantagem na diferenciação da psicose e do autismo está no fato de que, havendo duas estruturas, será possível formular a hipótese de que há passagem de uma para outra, o que explica a fenomenologia peculiar de muitos casos clínicos” (Kupfer, 1999, p. 106).

Se há passagem de estruturas, é possível dizer que isso é viabilizado a partir de diferentes intervenções com cada sujeito e seus pais? Mais questões se colocam: no caso de psicose, a direção do tratamento seria a de promover uma desalienação do sujeito ao Outro e possibilitar que a mãe retire seu bebê da posição exclusiva de falo? Qual seria, então, a especificidade da intervenção na clínica do autismo?

Kupfer (1999), ao deixar clara a importância do Outro para que o sujeito possa advir, ilumina o debate sobre a terapêutica ou sobre as diferentes intervenções nas clínicas da psicose infantil e do autismo.

Em seu livro *A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição subjetiva*, Laznik (2004), a partir da teoria lacaniana sobre o estágio do espelho, desenvolve a relação intrínseca entre a borda especular e o estabelecimento do circuito pulsional que permite que o sujeito advenha e se relacione com o outro. A autora sublinha:

Em Lacan, a pulsão não é mais um conceito limítrofe entre o biológico e o psíquico, porém um conceito que articula significante e corpo. O corpo não

é o biológico (...), é uma construção que implica uma imagem totalizante i(a), na composição do qual o Outro com o olhar tem um lugar fundamental (Laznik, 2004, p. 59).

No autismo o que está em jogo para a autora é a não consolidação do circuito pulsional pela via especular. Para Laznik (2004), este processo de reconhecimento do ser na imagem do Outro teria dois tempos: o primeiro seria um tempo “não demandado”, condição no Outro para que o segundo tempo – do reconhecimento pelo próprio bebê, de seu corpo real pelo olhar do Outro – venha a realizar-se. Para que o bebê possa confirmar sua própria percepção no e pelo olhar do Outro, deve haver, portanto, uma “tomada dos pequenos a na borda do corpo real” (p.53) por parte do Outro.

É neste ponto que, se há uma dificuldade ou até mesmo, segundo a autora, “nenhuma ilusão antecipadora” (Laznik, 2004, p.56) sobre o bebê na barriga da mãe, faz-se necessário questionar “o dom” que é dado ao bebê. O “dom” é o furo no Outro, que localiza um espaço para que o sujeito possa ser idealizado, furo este que surge do que constitui, para a mãe, o pai simbólico.

É pela constatação clínica de crianças que rejeitam a presença do Outro, tanto pela esquivia corporal quanto pela falta de enunciação, que a autora questiona em que medida estas crianças se alienam à imagem do Outro. Sua aposta é a de que o circuito pulsional, sustentado pelo olhar e pela relação que o Outro estabelece com a própria castração, não se fecha. Com o ensino de Lacan, em seus seminários 10 e 11, Laznik (2004) defende que o surgimento do sujeito do inconsciente acontece ao se consolidar o circuito pulsional. Segundo a autora, há três tempos para a consolidação do sujeito. O primeiro é um tempo:

ativo indo em direção a um objeto externo, um segundo, reflexivo, tomando como objeto uma parte do corpo próprio, e um terceiro, dito passivo, onde a pessoa concernida se faz ela mesma o objeto de um outro, esse famoso *novo sujeito* (Laznik, 2004, p. 61).

Em outras palavras, esses tempos poderiam ser, respectivamente, de indiferenciação, o autoerótico e, por fim, o tempo em que o sujeito se faz objeto para um outro. A autora defende que o surgimento do sujeito do inconsciente está no remate do terceiro tempo pulsional, na completa

passagem da necessidade para a demanda, a qual exige operações fundamentais que só podem ser realizadas por um Outro que coloque o bebê no lugar de falo, que o banhe de significantes. Vale relatar que a pulsão se trata de uma energia constante que visa a satisfação, tanto pela via do prazer quanto do desprazer. De acordo com o autor, no seminário 11:

Diremos que isso ao que eles [os pacientes] satisfazem pelas vias do desprazer é, assim mesmo – e isto é também comumente aceito – a lei do desprazer. Digamos que por esta espécie de satisfação eles se fazem sofrer mais. Até certo ponto é sofrer demais, que é a única justificativa de nossa intervenção (Lacan, 2008, p. 165).

Jean Claude Maleval (2017) traz uma leitura interessante sobre o sofrimento do autista diante da linguagem, bastante intensa, bem como alguns traços muito específicos de defesa. Segundo o autor:

Ainda que o sujeito autista se defenda da linguagem, ele está imerso, desde antes do nascimento, num banho verbal que o afeta. Prova disso é a produção dos objetos pulsionais, oriundos do recorte da linguagem no corpo. Ainda que permaneçam reais, não integrados ao circuito pulsional, o sujeito autista deve se haver com ele. Sabe-se o quanto ele se protege da voz, tapando os ouvidos, e do olhar, escondendo-se, ao passo que seus transtornos alimentares mostram as inquietudes associadas ao objeto oral e a sua difícil aquisição do asseio releva os temores suscitados pela cessão do objeto anal. Todos estes objetos reais são, para ele, angustiantes – sua presença desperta o risco de uma perda insuportável (Maleval, 2017, p. 125).

É neste sentido que podemos pensar no campo do gozo, em especial ao gozo que envolve o objeto voz para avançar as proposições sobre o lugar do Outro para o autista e sua relação com o próprio corpo.

O autista, segundo Maleval (2017), se defende do gozo do Outro, geralmente veiculado pela presença de sua voz, tomando seus significantes como signos linguísticos, “que se caracterizam por conservar uma relação estreita com seu referente” (p. 210), já que o significante não pode ligar-se à pulsão.

Diante de um Outro caótico, destituído naquele momento da possibilidade de “narcisar” o corpo do bebê, que a saída encontrada pelo *infans* será, como nos coloca o autor, a imutabilidade. Trata-se de uma

“manifestação de um sujeito que tenta construir seu mundo pela colagem do signo no referente” (Maleval, 2017, p.218). Quando não há referente possível para ligar ao signo, o autista vive um abalo em sua segurança:

Na falta de dispor de um significante-mestre, o autista procura a referência da linguagem no mundo das imagens e das coisas. Sua decepção é grande quando entrevê que, na linguagem, as palavras não estão coladas nas coisas, e descobre que uma língua é um sistema no qual os elementos retiram o seu valor das relações e das oposições entre uns e outros (Maleval, 2017, p. 223).

O autor cita um trecho do caso de Temple Grandin, doutora em ciência animal, considerada uma autista de alto funcionamento e militante dos direitos dos autistas, para exemplificar essa dimensão da colagem do signo ao referente:

Grandin conta a Sacks que “havia perdido um bom tempo com um dicionário”, tentando entender o sentido de palavras como “‘sublime’, ‘misterioso’, ‘numinoso’ ou ‘temeroso’” – essas buscas não clarearam nada, pois todas pareciam ser definidas umas pelas outras (Maleval, 2017, p. 223).

Um primeiro recorte sobre a questão do estatuto do signo linguístico no autismo nos mostra que este pode ser um importante marcador da especificidade de seu funcionamento.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste recorte bibliográfico fica evidente que há tanto convergências quanto divergências entre psicanalistas lacanianos quanto aos mecanismos psíquicos e a relação com o Outro no autismo.

Sobre as convergências podemos afirmar que o sujeito autista é perseguido pelos signos da presença do Outro (Soler, 2007; Drapier, 2012; Furtado, 2013 & Kupfer, Faria e Keiko, 2007). Há concordância, também, sobre a particularidade com que alguns sujeitos entram na linguagem, ou permanecem “à borda da alienação”, como nos coloca Drapier (2012), ou num movimento contínuo de “repetição de exclusão à alienação significante”, como aponta Jerusalinsky (1993).

Segundo Ribeiro (2013), pensar no lugar do Outro no autismo é uma “questão preliminar a todo tratamento possível das crianças autistas” (p.20), posição que, como vimos, está presente em todos os autores estudados e estabelece uma ética no trabalho com tais sujeitos.

Ou seja, mesmo que o *infans* encontre dificuldades para alienar-se ao discurso materno, ao Outro, é imprescindível que o analista cumpra esta função de supô-lo enquanto sujeito da linguagem. Outro ponto de extrema importância, e que é consenso para os autores estudados, é a importância do trabalho com os pais destes sujeitos.

É interessante notar que, apesar dos pontos de convergência entre os autores sobre as diferenças entre autismo e psicose, resta uma divergência que a princípio pode parecer banal que é, justamente, a classificação do autismo como uma estrutura psicótica ou como outra estrutura.

As posições de Colette Soler (2007) e de Jean Pierre Drapier (2012) apontam para a presença de mecanismos particulares no autismo, mas, apesar disso, ainda consideram que esse modo de se posicionar frente à linguagem se trata de “um polo da psicose” (Drapier, 2012). Com esta concepção e diante de algumas descrições sobre as expressões do autismo, a seguinte questão surge: de qual ordem é o embate acerca da diferenciação (ou não diferenciação) estrutural entre autismo e psicose? Acreditamos que há, de um lado, certo capricho teórico subsidiado por disputas políticas internas à psicanálise, ou seja, quem detém o saber sobre a enigmática origem do autismo. De outro, pensamos que esta discussão interroga a psicanálise em seus fundamentos consolidados sobre a constituição do sujeito.

Maleval (2017), Kupfer, Faria e Keiko (2007) nos dão um argumento muito consistente para afirmar que se trata de uma forma muito particular do sujeito se posicionar na linguagem. Kupfer, Faria e Keiko (2007), ao colocarem de maneira clara a distinção entre o estatuto do Outro na psicose e no autismo, privilegiam a escuta do significante no tratamento destes sujeitos. Temos, do lado das psicoses, um deslizamento metonímico, mas não metafórico, e no que se refere ao autismo não há deslizamento nem metonímico e nem metafórico.

Neste caso, o significante que sempre repete mostra que não há outro significante que ressignifique o S1. Assim, no autismo, o que encontramos é o significante enquanto signo linguístico, estático, colado a um determinado significado. A presença do Outro será, portanto, sígnica:

Isto quer dizer que a criança não opera com a polissemia, a variabilidade, a incerteza. O outro terá significados fixos, sempre sígnicos. As variações serão vistas como um problema, e a elas a criança reagirá evitando-as. Isso mostra que localiza os outros, registra sua presença, mas se trata de uma presença que não é regida pelo significante, e sim pelo signo (Kupfer, Faria e Keiko, 2007. p. 159).

É neste sentido que a perseguição que o autista vive é diferente da vivida pelo psicótico: o primeiro é perseguido pelos signos da presença do Outro, enquanto o segundo é perseguido pelos significados do Outro, justamente por haver uma colagem imaginária entre o eu do sujeito psicótico e o Outro.

Em outras palavras, poderíamos dizer que no autismo se trata de um entrave na constituição imaginária e, portanto, especular do sujeito com o Outro (de alienar-se), e, no caso das psicoses, é o campo do simbólico que não faz sua função de bastear o imaginário.

Sobre a questão do lugar que ocupa o signo linguístico no modo do autista lidar com a realidade, pensamos ainda se não seria interessante localizar a saída autística no encontro do sujeito com o primeiro corte operado pela linguagem, ou seja, com *das Ding* e, em relação à psicose, com a barra da castração, com a operação de S2 na cadeia significante. Será que um autista que rechaça intensamente o contato com o outro – e aqui falamos de um quadro autístico muito grave – e um psicótico que produz uma metáfora delirante e que consegue alguma inserção no social, são tomados da mesma maneira pela linguagem, ou seja, por este Outro encarnado?

A partir do corte posto por *das Ding* e pelo posterior corte operado pela castração (Metzger, 2017), tentamos sustentar teoricamente a diferença na posição do sujeito autista e do psicótico na linguagem, na relação com o Outro. Há uma falta que o Outro não tem a possibilidade de tamponar para nenhum sujeito. Esta falta é introduzida na entrada da linguagem, ao

se perder *das Ding*. Então, o sujeito pode aceitá-la ou permanecer rechaçando-a (Jerusalinsky, 1993). A castração, em seguida, aponta para o modo como o sujeito incluirá outro significante que substitua o materno (S1) e o permita articular o registro simbólico ao real e imaginário.

Se o sujeito da castração é o neurótico, da forclusão o psicótico, do desmentido o perverso, e se o sujeito autista pudesse ser aquele que, repetidamente, aceita e rechaça a alienação num movimento constante (Jerusalinsky, 1993), acreditamos que tal formulação teórica tenha relevância na medida em que tornam complexos os estudos dos processos de entrada na linguagem, ou seja, como cada indivíduo responde aos lugares imaginários dados – ou não – pelo Outro e, portanto, questiona o que seria a tal “escolha forçada” de entrada na linguagem formulada por Lacan em seu seminário 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Se o processo de alienação e separação respondem a uma lógica retroativa, por que há uma escolha forçada para a entrada na linguagem logo nos primeiros anos de vida?

Apesar de a elaboração psicanalítica apontar para uma determinação lógica dos processos de constituição, talvez devêssemos levar em consideração, ao mesmo tempo, a plasticidade e a continuidade do processo de maturação neurológica do bebê, que responde também, segundo Jerusalinsky (2002), a um tempo cronológico. É a clínica que aponta para esta questão sobre a teoria da constituição do sujeito do inconsciente, ao relatar casos em que se verifica tanto passagens de estados autistas para posições psicóticas, em que o sujeito sai de um lugar radicalmente objetificado para construir um delírio singular, quanto de sujeitos que passam uma vida inteira sem falar, expressando suas repetições por meio da escrita, por exemplo (Maleval, 2017).

Vale relatar que, ao longo do trabalho, identificamos que os autores que estudam a constituição do sujeito e, em especial, o autismo, baseiam-se tanto na teorização dos primeiros anos de Lacan, quanto em seu chamado “segundo ensino”. A primeira década do ensino de Lacan trata do sujeito a partir de uma abordagem estruturalista, em que prevalece o inconsciente estruturado como uma linguagem. A partir do seminário “A angústia”

(1962/63), com a invenção do objeto *a*, o gozo começa também a ser tomado em sua vertente real, que deve ser lida em sua relação com os registros real, simbólico e imaginário.

Há, aqui, uma nova elaboração sobre o inconsciente, de que este também é real, impossível de ser apreendido apenas pelo imaginário e simbólico. A partir destas teorizações últimas de Lacan, podemos interrogar se não há novas articulações possíveis sobre o tema da aquisição da linguagem, da entrada no real e de quadros autísticos graves.

Em seu livro, *A batalha do autismo*, Éric Laurent (2012) traz as contribuições de Rosine e Robert Lefort sobre o tratamento do autismo. Estes autores apontam para construções que começamos a identificar neste trabalho, a saber, a dimensão do real, tanto para compreender sua etiologia quanto para o tratamento do Outro. Segundo Laurent, foi a partir da leitura de Jacques-Alain Miller sobre o último ensino de Lacan que permitiu aos Lefort abordar o autismo a partir do enodamento dos registros real, simbólico e imaginário. Em suas palavras:

Os Lefort mantiveram o passo que deram à medida que a leitura nova, por J-A Miller, do último ensino de Lacan, renovava a abordagem das modalidades de enodamento entre real, simbólico e imaginário. Mantiveram-no em sua concepção da psicanálise em geral na variação de seus comentários clínicos, sempre surpreendentes, que desmontava qualquer forma de classificação rígida. Mantiveram-no ao captar o que, no discurso contemporâneo, viria a se tornar significante sob o qual um outro real da psicose viria a ser abordado: o autismo (Laurent, 2014, p. 39).

Indiretamente, ao longo do trabalho, questionamos o que caracteriza o autismo e o que caracteriza a estrutura psicótica a partir do conceito de *das Ding* freudiano e do objeto *a* proposto por Lacan. Neste sentido, pensamos que ao relativizar o conceito de estrutura e apontar para o real, para o não representável, o sem sentido ou o fora do simbólico, mas que resta no corpo, podemos ampliar o debate científico sobre como iremos localizar e representar tal psicopatologia, colocando o diagnóstico sempre em questão e, inevitavelmente, questionando nossas práticas estabelecidas.

O trecho a seguir, sobre as obras dos Lefort, retifica que há uma especificidade do Outro no autismo e também apontam a importância do estatuto sógnico que o significante possui em casos de autismos. Em suas palavras:

À medida que “os paradigmas do gozo” se deslocaram no ensino de Lacan, desnudou-se a dimensão do real do gozo. E, com ela, a consideração dos efeitos de gozo do significante-sozinho sobre o corpo do sujeito. Essas mudanças de ênfase são referências preciosas para explorar a clínica que os Lefort abriram para nós. De *Naissance de L'Autre (1980)* a *La Distinction du autisme (2003)*, os Lefort desenvolveram uma obra centrada no tratamento dos sujeitos para os quais “não há Outro” (...). Esta última obra apresentava um projeto original, entremeando as consequências que tinham extraído de sua clínica do autismo com uma leitura dos depoimentos dos autistas de alto nível (como Temple Grandin, Donna Williams ou Birger Sellin) (Laurent, 2014, p. 45).

Nossa pesquisa revelou que buscar uma etiologia psicanalítica para o autismo tem valor ao circunscrever mecanismos e operações que diferem, por exemplo, de casos de psicose. Entretanto, do ponto de vista clínico-metodológico, faz-se necessário levar em consideração tanto aspectos organogenéticos quanto discursivos, no caso, a posição em que a criança ocupa na fala de seus cuidadores. Goldgrub (2008) esclarece sobre esta vicissitude do estudo do autismo:

Teoricamente é legítimo situar o autismo na jurisdição do discurso desejante parental; metodologicamente trata-se “apenas” de aferir o sentido particular que cada “caso” de autismo expressa. A interpretação do discurso parental somente poderá ser feita na análise individual dos pais em questão. Se esse discurso for assimilado ou restrito à suposição causal decorrente do conceito “Nome do Pai”, muito facilmente o dado empírico, que frequentemente aponta para a omissão ou o afastamento (forçado ou não) do “pai real”, instituirá um *a priori* no enquadramento da situação (Goldgrub, 2008, p. 379).

Ou seja, não é possível inferir uma ou algumas causas específicas para a saída autística, pois a posição do *infans* no discurso dos pais não trará, necessariamente, uma correlação entre a posição que o bebê ocupa na fantasia e a presença ou ausência das figuras de cuidado primordial.

Este trabalho, por fim, possibilitou o estabelecimento de convergências e divergências entre autores de orientação lacaniana no que tange a etiologia do autismo, a elaboração de questões fundamentais sobre a epistemologia da psicanálise (o que é sujeito, linguagem e escolha forçada), bem como identificar a dimensão real do gozo que justifica a complexidade da questão da aquisição da linguagem. Além disso, explicitamos a importância das expectativas inconscientes do Outro primordial (ou do lugar do *infans* no fantasma materno) para que o sujeito possa se constituir desde sua apropriação corporal imaginária até a aquisição simbólica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Calligaris, C. (2013). *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. (2ªed). São Paulo, SP: Zagodoni.
- Dor, J. (1989). *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Drapier, J - P. (2012). Autismo: estrutura ou superestrutura? *A Peste - Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia: Autismo e Segregação*. 4. São Paulo, SP: Educ.
- Dunker, C. I. L. (2016). *Por que Lacan?* São Paulo, SP: Zagodoni.
- Kupfer, M. C. (1999). Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos. *Estilos da Clínica*, 4(7), 96,107. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571281999000200010&lng=pt&tlng=pt.
- Kupfer, M. C. (2000). Notas sobre o diagnóstico diferencial da psicose e do autismo na infância. *Psicologia USP*, 11(1), 85-105. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642000000100006>
- Kupfer, M. C.; Faria, C. & Keiko, C. (2007). O tratamento institucional do outro na psicose infantil e no autismo. *Arq. bras. psicol.*, 59(2), 156,166. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672007000200006
- Faria, M. R. (2003) *Constituição do sujeito e estrutura familiar: o complexo de Édipo de Freud à Lacan*. São Paulo, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária.

- Figueiredo, A. C. & Machado, O. M. R. (2000). O diagnóstico em psicanálise: do fenômeno à estrutura. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 3(2), 65,86. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982000000200004
- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Furtado, L. A. R. (2013). *Sua majestade o autista: fascínio, intolerância e exclusão no mundo contemporâneo*. Curitiba, PR: CRV.
- Goldgrub, F. (2008). *A Máquina do Fantasma: aquisição da linguagem e constituição do sujeito*. 2. São Paulo, SP: Samizdat.
- Goldgrub, F. (2010). *Édipo 3x4*. São Paulo, SP: Samizdat.
- Jerusalinsky, A. (1993). Psicose e autismo na infância: uma questão de linguagem. *Revista APPOA*. Porto Alegre, RS.
- Jerusalinsky, A. (1996). Para uma clínica psicanalítica das psicoses. *Estilos da Clínica*, 1(1), 146,163. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571281996000100012&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1415-7128.
- Jerusalinsky, J. (2002). *Enquanto o futuro não vem: a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês*. Salvador, BA: Ágalma.
- Lacan, J. (1986). *Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud 1953/1954* /Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; Tradução: Betty Milan. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1999). *Seminário, livro 5: as formações do inconsciente 1957-1958*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo 1960. *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (2008). *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise 1964*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Laurent, É. (2014). *A batalha do autismo: da clínica à política*. Tradução: Cláudia Berliner – Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Laznik, M. C. (2004). *A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito*. Salvador, BA: Ágalma.
- Lefort, R. & Lefort, R. (2017). *A distinção do autismo*. Belo Horizonte, MG: Relicário Edições.

- Metzger, C. (2017). *A sublimação no ensino de Jacques Lacan: um tratamento possível do gozo*. São Paulo, SP: Edusp.
- Maleval, J - C. (2017) *O autista e a sua voz*. São Paulo, SP: Blucher.
- Ribeiro, J. M. L. C. (2013). *A criança autista em trabalho*. (2^a ed). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Rocha, F. H. (2002). Autismo: controvérsias na psicanálise. *Colóquio do LEPSI IP/FE-USP*. São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000320020004000007&lng=en&nrm=iso> .
- Soler, C. (2007). *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007.

Recebido em 30/05/2018

Aceito em 13/08/2019